



Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 28/04/2022

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Período antes da ordem do dia

- a) Intervenção do público.
- b) Intervenção dos Membros da Assembleia.
- c) Informações.

Ordem do Dia

- 1. Discussão e votação da Ata da reunião anterior;
- 2. Discussão e Votação do Regulamento de Funcionamento do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio – BPAAD;
- 3. Apreciação das alterações ao Inventário de Bens desta Junta de Freguesia;
- 4. Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano de 2021;
- 5. Aprovação da Proposta de Auto de Transferência de Competências do Município de Valongo para a Junta de Freguesia de Ermesinde, de acordo com o Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril;
- 6. Alteração ao Mapa de Pessoal;
- 7. Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2022;
- 8. Relatório de Atividades da Junta.



Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso, André Adolfo da Silva Teixeira, André Ricardo Martins Viana Barbosa, António Joaquim Teixeira da Mota, Florentino Paulo Mota da Silva, Hugo Alexandre Fernandes Peixoto, Juliana Cardoso Silva, Manuel Almeida Costa, Manuel Francisco Ferreira do Couto, Maria de Fátima Plácido Aparício, Maria Manuela Castro Queirós, Renato Ferreira de Sousa, Rui Alfredo Dias Fernandes de Almeida. Verificou-se, também, as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: da Coligação Democrática Unitária (doravante designada CDU) Ângela Maria Pinto Ferraz por Sílvia Manuela Moreira da Silva, do Partido Social Democrata (doravante designado PSD) Tiago Filipe Ramalho Teixeira por Carlos Alberto Bento Alves Mourão.

Período antes da ordem do dia

a) Intervenção do público

No início do período de antes da ordem do dia o Presidente da Mesa, Josué Morais, saudou os presentes e perguntou se havia alguém do público para intervir. Como não havia ninguém para intervir passou ao ponto seguinte da agenda - Intervenção dos Membros da Assembleia.

b) Intervenção dos Membros da Assembleia

Carlos Mourão (PSD) tomou a palavra para apresentar uma moção onde é reivindicada junto da Câmara Municipal de Valongo que a sede da Polícia Municipal de Valongo seja em Ermesinde (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número um**, fazendo parte integrante da mesma).

De seguida Renato Sousa do Bloco de Esquerda (doravante designado por BE) usou da palavra para apresentar um voto de saudação ao 1º de Maio, onde é referida a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público e ainda onde é saudado as lutas dos trabalhadores e populações que asseguram serviços como recolha de lixo, venda de bens essenciais entre outros (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número dois**, fazendo parte integrante da mesma).



Renato Sousa (BE) continuando a sua intervenção apresentou uma moção sobre o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia onde era proposto que Assembleia de Freguesia de Ermesinde se associasse à celebração do Dia Internacional Contra a Homofobia Transfobia e onde recomendava ao Executivo que fosse hasteada, no edifício da Junta de Freguesia de Ermesinde, no dia 17 de maio, a bandeira arco-íris (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número três**, fazendo parte integrante da mesma).

Seguidamente André Barbosa (PSD) perguntou ao Presidente de Junta qual o plano previsto para o largo onde se encontrava o tanque de pedra na Rua da Fonte. Também e sobre uma construção que estaria suspensa na Rua Fontes Pereira de Melo que segundo a informação que tinha a mesma estava suspensa porque ultrapassava os limites permitidos, pelo que perguntava ao Executivo se havia alguma informação sobre esta situação. Referindo-se à Rua Outeiro de Sá perguntou para quando uma intervenção profunda na mesma.

Silvia Silva (CDU) referiu o facto das obras da feira e do mercado de Ermesinde terem começado dizendo que mais-valia tarde de que nunca, criticando, no entanto, de no local onde estão a decorrer as obras não existir qualquer imagem ou maquete do plano que mostrasse o aspeto do seu futuro. Afirmou ainda que era pena a Câmara Municipal ir permitir mais construção no local e que não se tenham reservado, no local, todos os terrenos disponíveis em torno da feira e do mercado para se instalar um parque verde- Solicitou também ao Presidente da Junta uma breve explicação sobre o papel da Autarquia em todo o processo e desenvolvimento da zona da Gandra. Quanto à Praceta Sá da Bandeira perguntou, se o Sr. Presidente da Junta tinha feito alguma coisa para impedir o abate de algumas árvores naquela Praça.

Hugo Peixoto (PSD), de seguida, começou por dizer que havia falta de coesão territorial em Ermesinde. Que ao circular por Ermesinde se verificava com facilidade em diferentes áreas geográficas a existência de bastantes debilidades, como por exemplo, no lugar de S. Paio que parecia por vezes abandonado. Que as debilidades estruturais daquele lugar eram basicamente a falta de passeios que permitisse as pessoas circularem com segurança e alguns arruamentos em condições pouco abonatórias para se circular. Relativamente à Segurança Rodoviária elencou algumas situações, como por exemplo, na Avenida Eng Duarte Pacheco quem vem da Rua Padre Américo que se constatava com frequência que os automobilistas apesar haver uma linha contínua tentavam circular diretamente para o viaduto pelo que achava ser útil colocar pilaretes sobre a linha contínua; outro exemplo também na Avenida Eng. Duarte Pacheco, após o posto de abastecimento de combustíveis, no sentido Alto da Maia, no entroncamento com a



Rua José Régio quem vem desta rua vira à esquerda em direção à auto-estrada ultrapassando uma linha contínua, cometendo naturalmente transgressão, sugerindo também a colocação de pilaretes sobre a linha contínua lá existente. Referiu ainda a má sinalização duma passadeira existente junto a esse entroncamento e o estado deplorável da rua Rodrigues de Freitas.

Seguidamente Carlos Mourão (PSD), interveio para se referir às obras efetuadas na rua da Costa elencando problemas que existem apesar da requalificação da referida rua (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número quatro**, fazendo parte integrante da mesma).

O Presidente da Junta, João Morgado, respondendo aos intervenientes anteriores começou por dizer que ficou abismado com a parte final da intervenção de Carlos Mourão (PSD) considerando que se tinha referido ao seu nome de uma forma pouco elegante. Afirmou ainda não ser verdade que alguém tenha dito que aquela faixa central da rua da Costa era passeio, dizendo que a rua em vez de ter o desenho do alcatrão simples tinha aquele desenho a meio. Quanto às floreiras lá colocadas disse que as mesmas foram colocadas para que os acessos às casas dos moradores não fossem obstruídos. Informou também Carlos Mourão (PSD) que ia fazer chegar a sua intervenção à Câmara Municipal para que, se fosse caso disso, tome posição sobre a mesma. Relativamente à sede da Esquadra da Polícia Municipal disse já ter sido discutido em sede de Executivo Camarário, mas que caberia à Assembleia pronunciar-se e não ao Executivo da Junta. Quanto à intervenção de Renato Sousa (BE) disse que a Junta de Freguesia, se assim for entendido, estaria disponível para hastear a bandeira arco iris sem qualquer problema. No que diz respeito às questões levantadas por André Barbosa (PSD) respondeu que o fontanário da Rua da Fonte foi demolido porque estava em péssimas condições de segurança e já não era utilizado há muito tempo e que agora a Junta tinha em ideia, um projeto para eternizar a memória daquele tanque. Quanto à construção suspensa disse ter sido a Junta de Freguesia a questionar a Câmara se aquele prédio estava a ser construído em conformidade com as regras das edificações do município estabelece, pelo que foram feitas medições e chegou-se à conclusão que havia efetivamente parte da construção que ocupava espaço público. Disse ainda que o construtor foi intimado a reformular o projeto. No que diz respeito à rua Outeiro de Sá confirmou que, após ter havido uma intervenção por parte da Be Water, a rua ficou naquele estado porque vai ser toda pavimentada e que iam ser construídos novos passeios, conforme indicação do Município. Respondendo a Silvia Silva (CDU) disse ficarem todos regozijados e todos de parabéns pelo facto de ao fim de 20 anos de promessas se terem iniciado as obras da feira e do mercado considerando que o empenho deste Executivo foi decisivo. Relativamente à



nova Gandra disse ser um projeto que nada tem a ver com construção. Tem a ver com o aproveitamento dos espaços ainda disponíveis, como por exemplo o aproveitamento de jardim sito na travessa Portocarreiro; a possibilidade de se requalificar os passeios em frente à praça 1º de maio, por forma a poder-se ali criar uma espécie de sala de espetáculos ao fim de semana, projetando cinema; a requalificação das escadas junto ao posto médico entre outros. Que a construção que se vai construir junto ao mercado era um projeto já aprovado e que o início da mesma começar quase ao mesmo tempo com as obras da feira e do mercado era simples coincidência. Disse ainda que o Executivo ia tentar que uma ou outra rua fique com sentido único de trânsito de forma a poder permitir o estacionamento de um dos lados da rua. No que se refere à Praça Sá da Bandeira afirmou ter ficado muito triste por a Silvia Silva (CDU) colocar a questão das árvores abatidas de uma forma que parecia ser o seu Executivo, o Executivo do abate das árvores. Reiterou não ser verdade, dizendo que aquelas árvores tinham que ser abatidas para se fazer a obra, além de pelo menos duas estarem cansadas e velhas, sendo que as mesmas iam ser substituídas por outras que melhor se adequassem aquele espaço. Disse ainda que voltava a assumir por cada árvore abatida, a mesma, no mínimo, iria ser substituída por outras e era o que ia acontecer na praça Sá da Bandeira. Em resposta a Hugo Peixoto, sobre o lugar de S. Paio disse não querer fazer obras que são da responsabilidade da Câmara, além de ter poucas condições para o fazer. Também considerou poder fazer num ano aquilo que não se fez em 20 anos. No entanto afirmou que muito recentemente tinha sido requalificado um jardim, na Rua Dr. Nogueira dos Santos, e depois de exigência junto da Câmara a construção dum parque infantil, cumprindo assim uma promessa que tinha mais de 20 anos, que até, na altura, tinha merecido o agradecimento da comissão de moradores por essa promessa, conforme ata da mesma. Quanto à avenida Eng. Duarte Pacheco afirmou que era uma rua que a sofrer qualquer intervenção teria que ser sempre de acordo com a sua proprietária as Infraestruturas de Portugal. Que no entanto o Executivo podia opinar, pedir ou exigir e que foi o que tinham feito relativamente à iluminação e por isso é que estavam a ser substituídas as luminárias no troço que vai da saída da A4 até à Santa Rita. Referindo-se à situação que se verifica na avenida Eng Duarte Pacheco, o Presidente afirmou não ter muito a fazer na medida que a colocação de pilaretes sugerida não seria aceite pelas Infraestruturas de Portugal e por outro dependia mais do bom senso dos condutores ou seja quando ao circularem da rua Padre Américo para a avenida Eng Duarte Pacheco não tentassem entrar diretamente para o viaduto, transgredindo o Código da Estrada. Quanto à Rua Rodrigues de Freitas disse que a mesma será intervencionada quando forem criadas todas as infraestruturas, como saneamento e gás. No



entanto disse que, sendo uma obra cara, percebia que a autarquia esperasse o tempo certo para a requalificação. Afirmou também que a rua Joaquim Ribeiro Teles até ao fim da rua Rodrigues de Freitas deveria ter só um sentido de trânsito de forma a devolver a cidade de Ermesinde às pessoas, aumentando os passeios e talvez permitir a criação de estacionamento de um dos lados da rua.

O Presidente da Mesa, de seguida, pôs em votação a admissão para discussão, em conjunto, uma moção proposta pelo PSD que reclamava a sede da Polícia Municipal de Valongo, em Ermesinde, um Voto de Saudação ao 1º de Maio e uma Moção referente ao Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia propostos pelo Bloco de Esquerda. A admissão destes documentos foi aceite por unanimidade. Após esta votação a reunião da Assembleia foi suspensa por 5 minutos.

Retomados os trabalhos para discutir os documentos admitidos, o Presidente deu a palavra a André Teixeira (PS).

André Teixeira (PS) - Começou por dizer que o PS iria votar contra esta moção, localização da sede da Polícia Municipal, porque a resposta já tinha sido dada, em sede do Executivo Camarário, aos Vereadores do PSD e o que mais o espantava era a preocupação do PSD com a Polícia Municipal, criada nos inícios dos anos 2000 e nunca ter tido interesse em instalá-la e agora esteja preocupado com a sede da mesma

De seguida Hugo Peixoto (PSD) disse ter ficado espantado com a posição do Partido Socialista relativamente à vinda da sede da Polícia Municipal para Ermesinde pois todos os dias se assistia à diminuição das competências da PSP e com a vinda da Polícia Municipal para a Freguesia traria um sentimento de mais tranquilidade e segurança perante a população. Afirmou ainda que em termos de densidade populacional era a Freguesia que a tinha mais elevada.

Manuel Costa (PS), disse não ter percebido muito bem a intervenção de Hugo Peixoto (PSD) e perguntou se afinal o PSD queria a Polícia Municipal em Ermesinde ou a sede da mesma, pois quanto sabia a Polícia Municipal vinha para Ermesinde.

André Barbosa (PSD) clarificou que o PSD queria a sede da Polícia Municipal como estava muito claro na moção. Considerou ainda que a sede da Polícia Municipal em Valongo era um capricho do Sr. Presidente da Câmara.



André Teixeira (PSD) interveio para dizer que não havia capricho nenhum mas sim uma gestão cuidada dos dinheiros públicos, pois como já tinha sido explicado em reunião de Câmara o processo de localização da sede já estava em andamento e tinha local definido, que era as instalações onde funciona a ADICE que libertará proximamente as instalações.

O Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, pôs a votação a moção sobre a localização da sede Policia Municipal, sendo a mesma rejeitada com 9 votos contra (PS) e 8 votos a favor (4 do PSD, 1 CDS-PP, 2 BE e 1 CDU). De seguida foi votada a saudação ao 1º de maio do Bloco de Esquerda que foi aprovado por unanimidade. Por último também do Bloco de Esquerda foi votada a moção sobre o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, sendo a mesma aprovada por maioria com 12 votos a favor (9 do PS, 2 do BE e 1 CDU) e 5 abstenções (4 PSD e 1 CDS-PP).

c) Informações

O Presidente da Junta, João Morgado, informou a assembleia que o Posto A da Travagem havia sido assaltado há cerca de 15 dias por um individuo armado com uma pistola tendo inclusivamente disparado em direção do funcionário, sem o atingir, levando o mesmo a entregar-lhe um envelope com 140 euros. Que também vieram a saber mais tarde que este individuo já havia assaltado uma carpintaria em V N Famalicão e que se havia suicidado no Prado, em Vila Verde.

Ordem do Dia

1. Discussão e votação da Ata da reunião anterior

O Presidente da Mesa, não havendo intervenções acerca da ata, pôs a mesma a votação tendo sido aprovada por todos aqueles em condições de a poder votar.

Não votaram, em virtude de não terem participado na reunião da Assembleia de 17/12/21 Silvia Manuela Moreira da Silva (CDU) e Maria de Fátima Plácido Aparício (PSD).

2. Discussão e Votação do Regulamento de Funcionamento do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicilio - BPAAD

Florentino Silva (BE) tomou a palavra para dizer que o Bloco de Esquerda iria votar a favor, na medida que a criação do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio - BPAAD, representava um sinal de modernidade e um bom exemplo de solidariedade. Afirmou ainda que



esperava que o excesso de regulamentado não criasse constrangimentos e limite a quem mais precisava pelo que propunha por isso uma estreita articulação com as diferentes respostas de ação social.

Silvia Silva (CDU) perguntou porque é que no artigo 2º onde se diz "dias uteis" não se dizia dias de calendário. No que se refere ao artigo 4º nº 5, fiscalização por parte dos serviços da Junta de Freguesia, disse ser de opinião que a entidade fiscalizadora deveria ser indicada com mais precisão.

De seguida o Presidente da Junta afirmou que o regulamento foi objeto de consulta pública e que não receberam qualquer contributo como resultado desta consulta. Disse ainda que o regulamento já existia e que a grande novidade deste é um maior cariz social, estando vocacionado para o empréstimo. Quanto à articulação com as diferentes respostas sociais referiu que a Junta trabalhava em rede e que apesar da Técnica de Ação Social da Junta estar com parte de doente, a articulação tem sido feita sem sobressaltos. Respondendo a Silvia Silva (CDU) disse ser 5 dias úteis, seguindo-se o princípio das notificações dos tribunais. No que se refere à fiscalização afirmou que se houver alguma suspeita o beneficiário é chamado à Junta de Freguesia, preenche uma ficha e os serviços verificam se os elementos estão corretos. Também disse que se houver denúncia de que alguém tenha conseguido algum benefício de forma fraudulenta a Técnica de Ação Social deslocar-se-á a casa da pessoa em causa para esclarecer a situação e se não aceitarem falar com a Técnica teria de se recorrer aos serviços jurídicos.

Fátima Aparício (PSD) usou da palavra para dizer que não sabia se alguma instituição teria recebido o regulamento, e esclareceu que a ADICE tinha recebido um convite para colaborar e dar sugestões para a elaboração do mesmo o que foi feito, tendo sido remetido um conjunto de sugestões que achavam pertinentes e que foi com agrado que verificaram que 90% das sugestões feitas foram vertidas no regulamento.

De seguida o Presidente da Junta interveio para dizer que, após a remessa do email à ADICE, a Drª Trindade que lhe tinha ligado a prontificar-se a dar contributos que foram na sua maioria transpostos para o documento.

Silvia Silva (CDU) usou da palavra para agradecer a explicação do Sr. Presidente da Junta e confirmar que a CDU não tinha dado qualquer contributo. Disse ainda que se a ADICE deu contributos é porque foi convidada para isso.



O Presidente da Junta, respondendo a Silvia Silva (CDU) disse que a ADICE recebeu convite por mensagem como outras instituições vocacionadas para a ação social o receberam.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, não havendo mais intervenções, pôs o Regulamento de Funcionamento do Banco de Produtos de Apoio e Assistência ao Domicílio - BPAAD, a votação tendo sido aprovado por unanimidade.....

3. Apreciação das alterações ao Inventário de Bens desta Junta de Freguesia

Posto este ponto pôs à discussão, pelo Presidente da Mesa, e não havendo intervenções foi o mesmo posto a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

4. Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano de 2021

O Presidente da Mesa, dando início à discussão deste ponto, concedeu a palavra a André Barbosa (PSD).

André Barbosa(PSD), dirigindo-se ao Tesoureiro da Junta, relativamente à rubrica Famílias referida no quadro 13 da pagina 22, em que o orçamentado era de 180 874, 00 euros e o executado fora de 173 775,70 euros perguntou porque é que o grau de desempenho não tinha sido de 100%. No que diz respeito aos investimentos perguntou qual a razão do grau de desempenho ter sido só de 51, 52%. Referiu também que a Ação Social tinha previsto 8 000 euros e que tinha sido executado somente 2 753,18 euros correspondendo a um grau de desempenho de 34,31%. Também e relativamente à Ação Social (Q20 - Comparação homologa das transferência correntes concedidas) disse não perceber o decréscimo de 56% verificado de um ano para o outro. Por último parabenizou o Tesoureiro da Junta pelo facto de não haver nenhum montante em atraso nos pagamentos aos fornecedores e ao Estado.

Silvia Silva (CDU) interveio para ler a sua declaração de voto (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número cinco**, fazendo parte integrante da mesma).

Manuela Queiroz (PS) interveio para fazer uma apreciação positiva da gestão do Executivo liderado pelo Partido Socialista e para dizer que iriam votar favoravelmente o Relatório de Contas de 2021 (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número seis**, fazendo parte integrante da mesma).

O Tesoureiro, Miguel Oliveira, usou da palavra para responder às questões colocadas. Começou por dizer que a intervenção do Partido Socialista que, desta vez, iria dificultar a sua resposta pois



achava que esta respondia a tudo que ali se tinha levantado. Respondendo ao eleito do PSD no que diz respeito à página 22, quadro 13, rubrica famílias disse ser necessário perceber que esta rubrica incluía instituições sem fins lucrativas que tinha orçados 30 000 euros e que foram entregues às associações, coletividades e IPSS 29 301,95 euros. Afirmou também que nunca a Junta de Ermesinde tinha tido uma execução tão alta nestes apoios em grande medida devido ao dinheiro que foi transferido para a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ermesinde que neste ano comemorava o centésimo aniversário e tinha merecido por parte da Junta de Freguesia uma atenção especial levando inclusive a ser atribuído e entregue aos Bombeiros Voluntários de Ermesinde pelo Sr Presidente da Junta, um conjunto de equipamento de proteção para incêndios em malha urbana. Referiu também que a rubrica famílias englobava programas operacionais CEIS no valor total de 123 360 euros orçamentados e dos quais foram executados 122 770,01 euros. Disse ainda que o Fundo de Emergência Social passou a ter uma dotação de 20 000 euros ao contrário dos 10 000 euros até então e que teve uma execução record de 93% correspondendo a 18 798,43 euros. Registou ainda com agrado de ser reconhecido o facto de a Junta de Freguesia não ter dívidas a fornecedores. Quanto ao facto da Junta não ser para dar lucro disse concordar com isso mas que a Junta tinha de conseguir fazer algum saldo de gerência para poder fazer alguns investimentos mais avultados. Em resposta a Sílvia Silva (CDU) disse que a despesa, apesar de controlada, aumentou devido à redução dos vínculos precários. Quanto à receita confirmou que a mesma tem vindo a aumentar e com a negociação dos autos de transferência as transferências para a Junta tinham aumentado.

De seguida Hugo Peixoto (PSD) disse que o PSD se iria abster na votação deste ponto porque entendiam que as execuções de algumas rubricas tinham ficado aquém do expectável, considerando que o apoio deveria ter sido mais efetivo para a população de Ermesinde.

O Presidente da Mesa, não havendo mais nenhuma intervenção pôs a votação as Contas de Gerência do ano de 2021 tendo as mesmas sido aprovadas por maioria com 9 votos a favor do PS e 8 abstenções (4 do PSD, 1 CDS-PP, 2 do BE e 1 da CDU)-.....

5. Aprovação da Proposta de Auto de Transferência de Competências do Município de Valongo para a Junta de Freguesia de Ermesinde, de acordo com o Decreto- Lei nº 57/2019 de 30 de Abril;

O Presidente da Mesa para discutir este ponto concedeu a palavra a Rui Almeida (CDS-PP) Rui Almeida (CDS-PP) perante a informação da composição financeira e patrimonial da transferência



de competências, disse parecer-lhe que a Câmara Municipal se estava a desfazer dos monos e a transferi-los para Junta de Freguesia porque bastava ver as matrículas dos carros e verificar ser veículos com muita idade e muitos quilómetros. Perguntou ainda se os recursos humanos que não interessavam, por qualquer motivo à Câmara Municipal, interessavam à Junta e se não seria melhor a Junta selecionar e admitir esses recursos para o preenchimento das vagas existentes no quadro de pessoal. Também perguntou ao Presidente da Junta e relativamente à gestão de espaços verdes, jardins, árvores e varredura se com os 635 000 euros transferidos podia garantir que todos estes serviços iriam funcionar de forma exemplar.

Silvia Silva (CDU) perguntou como é que tinha sido feito o cadastro das 1 396 árvores fora dos espaços verdes que estão incluídas nos autos de transferência, se a Junta tinha acompanhado todo este processo e ainda se foi ou ia ser pedido à Câmara formação ou apoio para os trabalhadores transferidos. Ainda questionou o Sr Presidente da Junta se considerava que os valores transferidos eram suficientes para a execução da tarefa com qualidade que os Ermesindeiros merecem.....

André Barbosa (PSD) perguntou ao Presidente da Junta se achava que o valor transferido era suficiente, pois na sua perspetiva o valor, quando comparado com o transferido para Alfena, com menos população do que Ermesinde, era quase ridículo. Também considerando que o Presidente da Junta, no ano passado, disse ter feito tudo para aumentar as transferências perguntou o que é que fez e qual foi a resposta do Presidente do Executivo Camarário, pois na sua opinião o valor era manifestamente pouco em relação às outras freguesias.

De seguida Florentino Silva (BE) usou da palavra para dizer que a Lei 57/2019 foi aprovada no Parlamento pelo PS e PSD não tendo em conta os restantes partidos, razão pela qual haveria muita discordância entre vários municípios. Afirmou que de ponto de vista do Bloco de Esquerda não deve haver entrega destes serviços a privados. Por último disse que partindo do princípio que no protocolo negociado estavam salvaguardados os serviços prestados à população acompanhariam a posição da Junta de Freguesia.

O Presidente da Junta começou por responder a Rui Almeida (CDS-PP) dizendo que o material que foi transferido era aquele que já estava a ser utilizado. Que houve equipamentos que vieram para a Junta, noutros executivos, mas que dado ao seu estado, já foram abatidos. Que os funcionários transferidos eram os que já estavam ao serviço da Junta. Disse ainda que dos 6 funcionários destacados na Junta, só um quis regressar à Câmara, sendo que nos que ficaram na



Junta um deles tinha formação em podas. Respondendo a Silvia Silva (CDU) e relativamente às árvores afirmou que as verbas foram negociadas e tiveram um acréscimo de 152 000 relativa à verba anterior, apesar disso achava não ser suficiente. Quanto à contabilização do número de árvores disse que a mesma foi feita pela Câmara e pela Junta. No que diz respeito às podas afirmou que as mesmas estão asseguradas pelo facto do funcionário que as fazia continuar ao serviço da Junta. Em resposta a André Barbosa (PSD) disse que o dinheiro era insuficiente e continuava a achar, mas, no entanto, ao conseguir um aumento de 25% considerava não ser mau negócio. Considerou ainda que o problema não era bem os espaços verdes nem varredura mas sim os monstros que são colocadas na via pública e a deficiente recolha do lixo nos eco pontos, não sendo contudo e nem ia ser competência da Junta de Freguesia

O Presidente da Mesa não havendo mais intervenções pôs a votação a Proposta de Auto de Transferência de Competências do Município de Valongo para a Junta de Freguesia de Ermesinde, de acordo com o Decreto- Lei nº 57/2019 de 30 de Abril, sendo aprovada por maioria com 12 votos a favor (9 do PS, 2 do BE e 1 CDU) e 5 abstenções (4 do PSD e 1 do CDS-PP).

6. Alteração ao Mapa de Pessoal;

O Presidente da Mesa pôs à discussão este ponto, concedendo a palavra a Rui Almeida (CDS-PP)

Rui Almeida (CDS-PP) considerou que a designação do ponto 6 estava incorreta na medida em que na ordem de trabalhos não era referido alteração e votação ao Mapa de Pessoal, pelo que sugeriu que a Mesa propusesse à assembleia uma proposta de alteração da designação.

De seguida o Presidente da Mesa propôs à assembleia a alteração da designação do ponto 6 para "Alteração e votação do Mapa de Pessoal". Posta a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. Depois desta retificação e não havendo intervenções foi posto a votação o ponto 6, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.....

7. Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2022

Para discussão deste ponto o Presidente da Mesa concedeu o uso da palavra a Silvia Silva (CDU).

Silvia Silva (CDU) começou por registar com muito agrado o reforço das rubricas "Serviços - Atividades Sociais Recreativas Desportivas e Culturais e de Investimento. Disse ainda que apesar das melhorias face ao orçamento inicialmente apresentado este não seria o orçamento da CDU



pelo que se iriam abster (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número sete**, fazendo parte integrante da mesma).

O Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, pôs a votação a 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2022, sendo a mesma aprovada por maioria com 9 votos a favor do PS e 7 abstenções (3 do PSD, 1 CDS-PP, 2 do BE e 1 CDU). Neste ponto, por estar momentaneamente ausente da sala, não votou André Barbosa (PSD).....

8. Relatório de Atividades da Junta

Não havendo intervenções neste ponto o Presidente da Mesa, antes de encerrar a reunião, pôs a votação as minutas das decisões tomadas, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade.

Não havendo mais nada a discutir foram encerrados os trabalhos.

O Presidente:

O Primeiro secretário:

O Segundo Secretário:



Moção

No ano transato foi aprovada em Conselho de Ministros a criação da Polícia Municipal em Valongo. Foi ainda aprovado o respetivo Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Valongo.

Segundo a presidência da Câmara de Valongo com a criação da Polícia Municipal de Valongo, o Município passará a dispor de 21 agentes da polícia municipal com a missão prioritária de fiscalizar, na vasta área sob sua jurisdição, o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam as matérias relativas às atribuições e competências dos seus órgãos, contribuindo para a manutenção da tranquilidade pública e proteção das comunidades.

As atribuições da polícia municipal passam por:

- Fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais e do cumprimento das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou fiscalização caiba ao Município;
- Pela aplicação efetiva das decisões das autoridades municipais, vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas; guarda de edifícios e equipamentos municipais;
- Regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal.

Segundo os últimos censos Ermesinde continua a congregar a maior parte da população do concelho com 39095 habitantes representando cerca de 41% do concelho. O total de alojamentos em Ermesinde representa de longe a maior concentração do concelho com cerca de 43%.

Por todos estes motivos acresce que:

- A esquadra da PSP de Ermesinde não dispõe de um número de efetivos policiais suficientes para garantir o policiamento de proximidade desejável e que possa transmitir à população um sentimento de segurança.
- A freguesia de Valongo possui uma esquadra da PSP recentemente inaugurada.

Os eleitos da Bancada do PSD propõem a esta Assembleia, realizada a 28 de abril de 2022:

1. Reivindicar junto da Câmara Municipal de Valongo que a Polícia Municipal de Valongo seja sediada em Ermesinde numa atitude dinâmica, empenhada e determinada em defesa da cidade e da sua população

Pela bancada do Partido Social Democrata,

Ermesinde, 28 de abril de 2022



Assembleia da Freguesia da Ermesinde

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.

Por isso, assinalar o 1º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados



há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos.

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, reunida a 28 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de março, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;

Os eleitos pelo BE na Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Florentino Silva

Renato Sousa



Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Moção

Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia

No dia 17 de maio assinalam-se 32 anos desde que, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS), corrigindo finalmente um erro histórico, retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, considerando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”.

Esta decisão, os sucessivos avanços legais na matéria e os esforços de ativistas e organizações LGBTQI+ têm ajudado à destigmatização e à aceitação, na sociedade, das diferentes orientações sexuais e identidades e expressões de género.

Porém, a realidade está longe de ser perfeita e muito há ainda a fazer, no que toca aos direitos e à inclusão de pessoas LGBTQIA+.

De acordo com o último relatório “Discriminação Contra Pessoas LGBTI+” da ILGA Portugal, publicado em junho 2020, cerca de metade das situações denunciadas no seu Observatório da Discriminação “constituem crimes ou incidentes motivados pelo ódio contra as pessoas LGBTI+ em Portugal. Do espaço público ao doméstico, passando pelo acesso a bens e serviços, no local de trabalho ou nas escolas, existem evidências da prevalência deste tipo de discriminação em todo o tipo de contextos e grupos etários. Apesar do impacto psicológico e social destas ocorrências sinalizado pelas vítimas, apenas um terço apresentou uma queixa junto das entidades responsáveis, alegando desvalorização, desconhecimento ou descrença no seu papel. Em muitas das situações, as testemunhas optaram por não intervir.”

Este dia é assinalado em vários países e Portugal não é exceção, com várias entidades públicas e privadas a realizar atividades de consciencialização e sensibilização neste dia. Alguns municípios, por exemplo, decidiram hastear a bandeira arco-íris nos edifícios municipais, o que é uma decisão que muito contribui para a visibilidade das pessoas LGBTQIA+, retirando-as da invisibilidade a que estão sujeitas e disputando discussões, debates e oportunidades de educar as pessoas para a aceitação e não discriminação.

No dia 11 de março de 2021 o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, proclamando a União Europeia como uma zona de liberdade para pessoas LGBTQIA+.

Face a este cenário, para que a plena inclusão e os direitos das pessoas LGBTQIA+ se concretizem, importa que quem assume responsabilidades públicas, para além de ações concretas (como a aplicação dos normativos legais já existentes e a execução de planos para a igualdade e não discriminação), manifeste apoio e solidariedade para com a



comunidade LGBTQIA+ e promova um clima favorável à afirmação das suas identidades e formas de expressão.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, reunida a 28 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de março, delibera:

1. Associar-se à celebração do Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia;
2. Recomendar ao Executivo, que seja hasteada no edifício da Junta de Freguesia de Ermesinde, no dia 17 de maio a bandeira arco-íris;

Os eleitos pelo BE na Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Florentino Silva

Renato Sousa

Senhor Presidente,
Senhores membros da Assembleia
Senhor. Presidente da Junta
Senhores Membros do Executivo
Minhas Senhoras
Meus Senhores

Há uns meses os moradores da Rua da Costa forma surpreendidos com obras na sua Rua: uma nova e desastrada pavimentação e uma faixa no meio da Rua que viriam a saber seria um passeio, por onde as pessoas subiriam e desceriam a rua. No entanto tempos antes das obras se iniciarem houve uma reunião com Técnicos da Câmara, o Vereador das Obras Municipais e o Presidente da Junta com um morador e mais dois elementos que ali estavam em nome do proprietário das habitações, no início da rua, que pela sua avançada idade não podia estar presente. Nessa reunião foi-lhes apresentado o projeto da obra que tinha como característica principal, como disse o tal um passeio de risca ao meio. Surpreendidos com o que se propunham realizar, foi chamada a atenção aos responsáveis da Câmara e ao Presidente de Junta aos técnicos do disparate perigoso que ia ser cometido, uma vez que os carros continuariam a circular rua acima e obviamente os cidadãos estavam impossibilitados de descer ou subir no meio da rua e se o fizessem punham a sua vida em risco.

Que sim! Que não haveria problemas! Que iria ser colocado um sinal mágico que tudo resolveria. Que seriam só os carros dos moradores! Que era uma zona histórica????, logo podiam coexistir, em paz e sossego, carros, adultos e crianças. De nada valeu lembrar que a Rua era um acesso privilegiado à escola, e que era uma zona de fuga do trânsito que deixaria de ir ao centro da cidade para rapidamente aceder à zona da Formiga.

De nada valeram os argumentos e os avisos - quem pode manda - e a obra lá foi feita.

Por força de visitar o meu sogro que mora no início da Rua, assisti às obras e a situações, depois de feita, de pôr os cabelos em pé. Ao fim da tarde, carros de

grande potência, vindos pela 5 de outubro acelerando a velocidades exageradas, como que a ganhar lanço, subiam desenfreadamente a Costa para mais rapidamente chegarem à Formiga e talvez à auto estrada. Assisti mesmo a pessoas que tinham, que abandonar o dito passeio central e encostar-se ao muro para não serem atropeladas. Disseram-me os moradores locais que era o pão nosso de cada dia. Disseram que esteve mesmo próximo o desastre, que poderia ter consequências graves. Por sorte e por milagre umas crianças que desciam calmamente a Rua não foram atropeladas.

Aquilo que era solução maravilhosa para a Câmara, de convívio fraternal entre pessoas e viaturas afinal não era assim tão boa. Cedo foram colocados grandes vasos, segundo pensavam que criariam obstáculos para reduzir a velocidade dos energúmenos.

Como os vasos não surtiram efeito fomos surpreendidos, mais tarde, com a colocação de grandes floreiras no início da Rua para ver se reduziam a velocidade de entrada na mesma.

Tenho verificado que obviamente os carros nada ligam aos obstáculos e continuam, alguns deles, a subir como se estivessem numa prova de rally.

Mas enfim, segundo as sábias cabeças dos técnicos da Câmara apoiados, obviamente, pelo poder político, ao menos as floreiras naquele local faziam um corredor-passeio entre os vasos e as paredes do prédio e os cidadãos, naquele local ficariam a salvo.

No entanto há um pequeno pormenor. Existia naquele mesmo sítio um passeio feito pelo proprietário do prédio e que a Câmara nunca pagou, nem o passou formalmente para o domínio público, e que diligentemente os autores do projeto decidiram demolir-lo sem dar cavaco ao proprietário ou aos seus legítimos herdeiros. Sei que foi proposto na reunião referida que o passeio se continua para além do prédio pela rua acima. Que não. Que não era possível. Que iria estorvar o andamento dos carros.

Afinal o passeio existente, feito com dinheiros privados foi demolido e agora cria-se um passeio artificial, gastando duplamente dinheiro, demolindo primeiro, colocando floreiras depois, pagou tudo pelo erário público.

Mas o desaforo não fica por aqui. Condena-se os moradores daquele prédio, a estacionarem longe das suas habitações, nem sequer podendo parar, por minutos, para retirar uma singela compras do carro.

Para as autoridades autárquicas da nossa terra, estas pessoas são consideradas cidadãos de segunda, não tendo os mesmos direitos do que quaisquer outros.

Mas há mais uma coisa que eu não tolero, nem a minha família. Que fazer caso o meu sogro, ou qualquer outro morador, tiver que sair de casa numa emergência. É transportado às costas ou em maca para uma ambulância ou um carro que esteja estacionada, sabe-se lá onde.

O meu sogro e a sua família não mereciam o que lhe estão a fazer, porque para além de se sentirem tristes e solidários com os seus inquilinos, tão mal tratados, não admitem que a sua propriedade seja desvalorizada.

Duas questões finais:

Coisa estranha, quando as autoridades públicas e autárquicas, em todo o mundo, tentam devolver aos cidadãos as ruas, retirando-as de carros, aqui na nossa terra faz-se o contrário, retiram-se os cidadãos das ruas para os carros possam circular à vontade e como queiram.

Por último aproveito esta altura para responsabilizar de forma clara a Câmara e a Junta por um qualquer acidente que espero ardentemente não aconteça, naquela desvalorizada Rua da Costa.

Ermesinde, 28 de abril 2022



DECLARAÇÃO DE VOTO – CONTA DE GERÊNCIA 2021

A análise orçamental começa com uma série de rácios que nos são apresentados e um deles refere-se à capacidade de a receita total cobrir a despesa total que se situou nos 103,77%, ou seja, por cada 100 euros de despesa tivemos quase 104 euros de receita. Isto pode significar duas coisas, um bom desempenho da receita ou uma fraca execução do lado da despesa, digamos que como qualquer estatística depende da leitura que queiramos fazer.

A verdade é que no relatório de contas também diz que a execução da despesa foi de 89% e a da receita de 98%, são mais dados para a leitura de que falei anteriormente.

Outro dado importante diz respeito à despesa com Investimento que ficou nuns tímidos 4% e com tanto a precisar de ser feito na Freguesia.

Os valores despendidos com o Fundo de Emergência Social (19 mil euros) e Instituições s/ fins lucrativos (29 mil euros) parecem-nos escassos, já abordamos este assunto em anos anteriores e a resposta foi que todos os pedidos de ajuda haviam sido atendidos, acredito que seja o caso em 2021. Os Ermesindenses são resilientes como se usa dizer agora.

O documento apresentado não nos merece reparos em termos técnicos mas corresponde à execução de um Orçamento que não aprovamos e ainda por cima uma execução pobre em muitos aspectos por isso não podemos votar favoravelmente.

A CDU vai abster-se.

Silva Silva

28/04/2022



Intervenção sobre

Ponto 4: Apreciação e votação das contas de gerência do ano 2021

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e restante mesa;
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia;
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta;
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia;
Exmo. Público aqui presente e os que nos acompanham pelas redes sociais;
Órgãos de Comunicação Social;
Funcionárias e Funcionários da Junta de Freguesia de Ermesinde que prestam apoio a esta Assembleia;
Minhas Senhoras e meus Senhores;

Hoje temos perante nós a Conta de Gerência de 2021 que, em boa verdade, resume a gestão financeira da Junta da Freguesia de Ermesinde ao longo do mandato findo, gestão da inteira responsabilidade do Partido Socialista, que soube estar à altura do mandato conferido pelos Ermesindeiros, tendo conduzido esta autarquia a uma situação bem mais confortável do que aquela em que se encontrava até outubro de 2017.

Ano após ano, fomos sendo habituados a que a prestação de contas aos eleitos na Assembleia, legítimos representantes da vontade popular, fosse evoluindo, permitindo a cada Relatório de Gestão e Contas uma perceção cada vez mais profunda e clara da real informação financeira, da execução e evolução da política orçamental desenvolvida, do seu desempenho económico e da sua situação financeira a cada terminar de ano.

Uma vez mais temos perante nós um documento de perceção simples e fácil, que permite claramente o necessário escrutínio por parte desta Assembleia e assim dos Ermesindeiros.

No que respeita ao Orçamento e à sua execução, constata-se ao nível da receita uma taxa de execução de 98,11%. É ainda evidente um acréscimo na receita cobrada, relativamente ao ano anterior, de cerca de 82.200,00€, causada fundamentalmente por um aumento na rubrica "Transferências Correntes".

Relativamente à despesa, a taxa de execução fixou-se nos 89,47%, verificando-se uma variação homóloga no valor de cerca de 44.800,00€, provocada essencialmente pelo acréscimo nas despesas com pessoal.

As taxas de execução referidas são reveladoras de um ótimo desempenho orçamental e reflexo do cuidado e precisão conferidos, quer à elaboração dos documentos previsionais, quer à respetiva execução.

Os principais indicadores de gestão orçamental obtidos, tal como o grau de cobertura das despesas pelas receitas, evidenciam e corroboram o bom desempenho orçamental.

Os valores obtidos ao nível da receita e da despesa, revelam o cabal cumprimento das regras orçamentais impostas pelo RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), revelando boas práticas orçamentais e permitindo a canalização de poupança corrente gerada para financiamento de despesa de capital.

Verifica-se, assim, uma evolução segura e sustentada dos valores da receita e da despesa, que se reflete no saldo de gerência a transitar.

Da análise das demais demonstrações financeiras, nomeadamente o Balanço e a Demonstração de Resultados, destacam-se os seguintes factos:

- Registo de inventários no ativo corrente;
- Acréscimo de liquidez de tesouraria;
- Resultado líquido do exercício positivo, no valor de 71.243,32€.

Importa aqui ressaltar que 2021 foi um ano em que, para além de termos assistido a um novo congelamento, relativo à atualização de taxas e licenças e isenção da aplicação de juros de mora sobre todos os pagamentos, foi também o primeiro ano que refletiu a revisão da Tabela 3, referente às taxas cobradas pelos serviços nos nossos cemitérios, sinal claro de uma gestão tão rigorosa quanto possível, que, apesar das adversidades, continuou a mostrar a robustez da saúde financeira da nossa Junta de Freguesia.

Será também de referir alguns pontos que não podem passar em claro em face desta Conta de Gerência de 2021.

A execução de 93,95% do Fundo de Emergência Social, num total de 18.790,43€, significa que este valor, o maior desde que o fundo existe, foi diretamente para apoiar aquelas famílias que mais necessitavam de auxílio por parte da freguesia, ou ainda a execução de 97,67%, que corresponde a 29.301,95€ das transferências para as mais diversas associações e IPSS's, ou a total liquidação da dívida herdada ao Serviço Nacional de Saúde que ascendia a perto de 50.000,00€.

Na verdade, desde 2018, primeiro ano de inteira responsabilidade do Partido Socialista, que o nível da receita anual arrecadada foi sempre superior à despesa paga, o que originou um saldo de cerca de 132.000,00€ dos 150.028,64€ globais.

O Relatório de Contas deve mostrar, de forma clara e objetiva, o desempenho num determinado ano económico. Sendo nossa função apreciar o rigor da gestão e da informação prestada, consideramos que este é um documento sério, elaborado com clareza e objetividade, e que bem reflete os bons resultados obtidos.

Pelos motivos evocados, o Partido Socialista vota favoravelmente o Relatório de Contas de 2021.

Ermesinde, 28 de abril de 2022

Os Membros da Assembleia de Freguesia pelo Partido Socialista,

DECLARAÇÃO DE VOTO – 1ª REVISÃO ORÇAMENTO 2022

Registamos com agrado o reforço das rubricas "Serviços – Actividades Sociais Recreativas Desportivas e Culturais" e de "Investimento" e esperamos sinceramente que a execução, nomeadamente do Investimento, melhore relativamente ao ano anterior, caso contrário de nada valerá este reforço de verba.

Apesar destas melhorias face ao Orçamento inicialmente apresentado este não seria o nosso Orçamento, pelo que, nos vamos abster na votação.

28/04/2022

Silva Silva